

Demonstrações Contábeis

Renosa Participações S.A. e Consolidado

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis auditadas individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Renosa Participações S.A. e Consolidado
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Nathália Domingues
Nathália Domingues
Contadora CRC – CE20833/O-7

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.673	2.808	1.021.632	597.169
Aplicações financeiras	5	104	102	1.791	73.540
Contas a receber de clientes	7	-	-	322.652	369.431
Partes relacionadas	8	-	-	9.560	20.118
Estoques	9	-	-	317.448	226.811
Tributos a recuperar	10	2.648	2.774	150.609	171.923
Instrumento financeiro derivativo	23	-	-	10.827	36.834
Dividendos a receber	14	56.623	34.811	-	-
Despesas antecipadas	12	-	-	17.105	14.133
Outros ativos		-	-	17.992	31.621
		63.048	40.495	1.869.616	1.541.580
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	-	-	10.652	24.388
Conta vinculada	6	-	-	26.025	35.685
Tributos a recuperar	10	-	-	318.819	256.802
Depósitos judiciais	13	-	-	199.093	195.830
Despesas antecipadas	12	-	-	6.534	4.573
Investimentos	14	2.723.006	2.610.693	152.620	170.623
Imobilizado	15	-	-	1.614.231	1.684.218
Intangível	17	-	-	3.561.102	3.567.791
Direito de uso	16	-	-	72.818	57.638
		2.723.006	2.610.693	5.961.894	5.997.548
Total do ativo		2.786.054	2.651.188	7.831.510	7.539.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	19	-	-	693.427	525.812
Fornecedores risco sacado	20	-	-	275.370	226.668
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	101.544	472.235
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	10.113	2.612
Ações preferenciais resgatáveis	25	51.507	17.326	51.507	17.326
Subvenções governamentais	24	-	-	15.399	13.990
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	26	-	-	139.681	118.094
Obrigações com arrendamento mercantil	16	-	-	17.512	15.919
Obrigações tributárias	10	-	-	265.770	129.148
Tributos parcelados		-	-	156	156
Debêntures	22	-	-	55.519	75.438
Dividendos a pagar	28	56.093	28.273	85.262	46.207
Partes relacionadas	8	-	-	34.352	57.741
Outras contas a pagar		-	-	34.155	16.410
Total do passivo circulante		107.600	45.599	1.779.767	1.717.756
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	827.563	745.275
Ações preferenciais resgatáveis	25	405.000	450.000	405.000	450.000
Subvenções governamentais	24	-	-	35.381	34.286
Obrigações com arrendamento mercantil	16	-	-	57.868	42.882
Tributos parcelados		-	-	1.219	1.376
Obrigações com antigos acionistas	6	-	-	26.025	35.685
Debêntures	22	-	-	144.933	197.011
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	29.314	19.246
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	-	-	321.651	267.746
Outras contas a pagar		-	-	1.800	2.601
Total do passivo não circulante		405.000	450.000	1.850.754	1.796.108
Patrimônio líquido					
Capital social	28	533.671	533.671	533.671	533.671
Reserva de capital		250.461	250.461	250.461	250.461
Outros resultados abrangentes		4.736	3.422	4.736	3.422
Reserva de lucros		1.484.586	1.368.035	1.484.586	1.368.035
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		2.273.454	2.155.589	2.273.454	2.155.589
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.927.535	1.869.675
Total do patrimônio líquido		2.273.454	2.155.589	4.200.989	4.025.264
Total do passivo e patrimônio líquido		2.786.054	2.651.188	7.831.510	7.539.128

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	29	-	-	5.046.793	4.273.093
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	30	-	-	(3.253.197)	(2.759.368)
Lucro bruto		-	-	1.793.596	1.513.725
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	31	-	-	(972.237)	(932.193)
Gerais e administrativas	32	(1.544)	(206)	(323.670)	(346.578)
Resultado de equivalência patrimonial	14	238.412	146.573	(17.922)	(12.997)
Outras receitas operacionais, líquidas	34	-	-	74.572	68.531
Lucro operacional		236.868	146.367	554.339	290.488
Resultado financeiro líquido	33	(12.497)	(26.408)	(61.955)	(93.105)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		224.371	119.959	492.384	197.383
Impostos correntes	11	-	-	(135.079)	(16.267)
Impostos diferidos	11	-	-	(10.115)	14.351
		-	-	(145.194)	(1.916)
Lucro líquido do exercício		224.371	119.959	347.190	195.467
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(122.819)	(75.508)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		224.371	119.959	224.371	119.959
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares		396.244	396.244		
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		0,57	0,30		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	224.371	119.959	347.190	195.467
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.314	2.201	1.991	3.334
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	225.685	122.160	349.181	198.801
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	230.459	122.160
Acionistas não controladores	-	-	118.722	76.641
Resultado abrangente total do exercício	225.685	122.160	349.181	198.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Participação de não controladores	
Em 31 de dezembro de 2018	533.671	250.461	100.134	1.253.398	-	-	1.221	1.860.033	3.998.918
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(77.182)	-	-	-	(77.182)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(49.066)	(49.066)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	2.201	1.133	3.334
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	119.959	-	75.508	195.467
Destinação do lucro:									
Constituição de reservas	-	-	6.864	-	113.095	(119.959)	-	-	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	(28.274)	-	-	-	(28.274)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(17.933)	(17.933)
Em 31 de dezembro de 2019	533.671	250.461	106.998	1.253.398	7.639	-	3.422	1.869.675	4.025.264
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(51.727)	-	-	-	-	(51.727)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(36.467)	(36.467)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.314	677	1.991
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	224.371	-	122.819	347.190
Destinação do lucro:									
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(56.093)	-	-	(56.093)
Constituição de reservas	-	-	(264)	(774.734)	943.276	(168.278)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(29.169)	(29.169)
Em 31 de dezembro de 2020	533.671	250.461	106.734	426.937	950.915	-	4.736	1.927.535	4.200.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	224.371	119.959	224.371	195.467
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	303.145	315.845
Resultado da equivalência patrimonial	(238.412)	(146.573)	22.254	12.997
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(4.332)	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	31.067	34.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	10.068	(14.074)
Constituição de provisão para contingências	-	-	58.469	35.911
Provisão para remuneração de pessoal chave	-	-	50.395	30.974
Provisão para perdas de estoque	-	-	14.221	14.094
Provisão para perdas de imobilizado	-	-	(5.375)	-
Ajuste a valor presente/PCLD/descontos grandes redes	-	-	16.578	1.200
Juros e rendimentos, líquidos	(2)	(327)	19.303	81.042
Créditos fiscais	-	-	(45.667)	(45.560)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	12.596	26.682	12.596	26.682
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	36.975	18.639
	(1.447)	(259)	744.068	708.215
(Acréscimos) decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	34.879	(53.626)
Partes relacionadas	-	-	(12.831)	(2.233)
Estoques	-	-	(104.580)	63.488
Despesas antecipadas	-	-	(4.933)	1.310
Depósitos judiciais	-	-	(345)	(8.367)
Dividendos recebidos	105.600	117.084	-	-
Outros ativos	127	(152)	13.549	(1.751)
Fornecedores	-	(1.351)	166.790	(40.594)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	(28.808)	4.554
Operação de risco sacado	-	-	47.222	(55.720)
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	-	-	174.242	50.589
Pagamento de contingências	-	-	(40.170)	(31.038)
Outros passivos	-	-	16.944	2.422
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	104.280	115.322	1.006.027	617.259
Pagamento de juros sobre empréstimos, APRs, debêntures e arrendamento	(23.415)	(18.190)	(106.677)	(89.536)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	80.865	97.132	899.350	527.723
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	667	86.127	212.955
Aumento de investimentos	-	-	2.072	-
Aquisições de imobilizado	-	-	(218.373)	(274.408)
Aquisições de intangível	-	-	(11.194)	(22.077)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	-	667	(141.368)	(83.530)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	245.546	9.791
Amortização principal de empréstimos	-	-	(505.553)	(337.081)
Captação de debêntures	-	-	-	250.000
Instrumentos financeiros	-	-	34.679	20.930
Tributos parcelados	-	-	(157)	(156)
Amortização principal de debêntures	-	-	(75.602)	(40.542)
Dividendos recebidos	-	-	122.818	-
Dividendos pagos	(80.000)	(95.000)	(134.400)	(66.456)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(20.850)	(28.955)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	(80.000)	(95.000)	(333.519)	(192.469)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	865	2.799	424.463	251.724
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	2.808	9	597.169	345.445
No final do exercício	3.673	2.808	1.021.632	597.169
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	865	2.799	424.463	251.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Até 30 de junho de 2013, a Renosa Participações S.A. era controladora da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda. e possuía participação minoritária indireta de 34% na Refrescos Guararapes Ltda. Em 03 de julho de 2013, a Companhia efetuou aquisição de 56% do controle da então Nordeste Refrigerantes S.A. e da Refrescos Guararapes Ltda., incluindo à época a Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. Esse controle foi adquirido via constituição da *holding* Solar.BR Participações S.A. (“Solar.BR”). Em 05 de janeiro de 2015, a Companhia efetuou aquisição adicional de 10% das ações da controlada Solar.BR Participações S.A., passando assim a deter um total de 66% das ações com direito a voto da Solar.BR.

a) Holding controladora das entidades operacionais

A Solar.BR Participações S.A. (“Companhia” ou “Solar.BR”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 2013, com sede em Fortaleza. Trata-se de uma holding controladora, desde 03 de julho de 2013, da Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda. As controladas da Companhia são responsáveis pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “*The Coca-Cola Company*”- TCCC, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken, CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda, Leão Alimentos e Bebidas Ltda, e os produtos da Marca ADES e Campo Verde. A área de atuação compreende todos os Estados do Nordeste, além do Mato Grosso e parte de Tocantins e Goiás.

A Companhia tem como objetivo fortalecer a presença em sua área de atuação através de um plano de investimento voltado a massificar a execução de mercado, bem como incrementar a eficiência em toda sua cadeia produtiva.

A Solar.BR Participações S.A. possui como acionistas a Recofarma Industria da Amazônia Ltda. (34%) e a Renosa Participações S.A. (66%). Este conglomerado é um dos maiores fabricantes da Coca-Cola no Brasil, com um contingente de mais de 12.200 funcionários, 8 fábricas e 31 centros de distribuição.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

b) Entidades controladas e controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantém investimentos através de controladas diretas, indiretas e joint ventures, todas localizadas no Brasil, conforme segue:

	% de participação	
	31/12/2020	31/12/2019
Controlada direta		
SOLAR.BR Participações S.A.	66,00	66,00
Controladas indiretas (através da SOLAR.BR):		
Norsa Refrigerantes S.A.	84,08	84,08
Refrescos Guararapes Ltda.	99,90	99,90
Tocantins Refrigerantes Ltda.	99,90	99,90
Norsa Refrigerantes S.A.	15,92	15,92
Controladas em conjunto (<i>joint ventures</i>):		
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00	50,00
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	7,05	7,05
Trop Frutas do Brasil Ltda.	5,81	5,81
UBI 3 Participações Ltda.	11,00	11,00

Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa"):

Sociedade anônima de capital fechado que tem como controlada a Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref"), que não possui operação. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Mato Grosso.

Refrescos Guararapes Ltda. ("Requa"):

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão.

Crystal Águas do Nordeste Ltda. ("CAF")

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a fabricação de águas envasadas nos estados de Alagoas e comercializada diretamente no estados de Sergipe, Pernambuco e parte da Bahia.

Para maiores informações sobre os demais investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, vide Nota 14.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

b) Principais eventos de 2020

Encerramento do processo produtivo em Arapiraca e Teresina

A controlada Solar.BR reavaliou suas operações com a finalidade de atuar sempre com a melhor eficiência produtiva. Dentro desse contexto, foi tomada a decisão estratégica de realinhar a malha fabril, com o objetivo de otimizar os recursos humanos e materiais.

i) Arapiraca

A unidade de Arapiraca respondia por 2,7% do total produzido pela Solar.BR e a decisão fez parte de um processo que leva em conta as perspectivas econômicas presentes e projetadas, dentre outras ações estratégicas, e de um mapeamento de cenários locais e externos, assim como das tendências de comportamento do mercado consumidor.

Com a desativação da linha, cerca de 52 posições de trabalho foram extintas em Arapiraca, o que corresponde a menos de 20% do contingente da unidade. Foram mantidas as operações comerciais e de logística, com o maior contingente de colaboradores.

O abastecimento local não foi comprometido, garantido pela produção das unidades fabris de Maceió (AL), Simões Filho (BA) e Suape (PE). O Centro de Distribuição de Arapiraca seguiu com as suas operações normalmente, sem nenhum tipo de interrupção.

ii) Teresina

A unidade de Teresina respondia por 4% do total produzido pela Solar.BR e a decisão fez parte de um processo que leva em conta as perspectivas econômicas presentes e projetadas, dentre outras ações estratégicas, e de um mapeamento de cenários locais e externos, assim como das tendências de comportamento do mercado consumidor.

Com a desativação da linha, 134 postos de trabalho foram extintos em Teresina, o que corresponde a menos de 20% do contingente da unidade. Foram mantidas as operações comerciais e de logística, com o maior contingente de colaboradores.

O abastecimento local não foi comprometido, garantido pela produção das unidades fabris de São Luís (MA) e Fortaleza (CE). O Centro de Distribuição de Teresina seguiu com as suas operações normalmente, sem nenhum tipo de interrupção.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas Controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 31 de março de 2021.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, são eliminados por completo.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

2.2. Investimentos

Investimento em controladas:

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), integra o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o resultado atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Investimentos--Continuação

Investimento em *joint ventures*:

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem o consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

Os investimentos da Companhia em suas *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou *joint venture* apresentada na demonstração do resultado, representa o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Investimentos--Continuação

Investimento em *joint ventures*--Continuação

As demonstrações contábeis da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada ou *joint venture*.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.4. Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Receitas--Continuação

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos e mercadorias é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos e mercadorias forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

As bonificações financeiras ou em produtos concedidas aos clientes, são registradas por competência reduzindo as receitas de vendas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. As controladas da Companhia, fruto dos incentivos fiscais, possuem uma alíquota efetiva para os impostos correntes próxima de 18%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia se refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data de sua contratação. Ocasão em que inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros derivativos vigentes estão divulgados na Nota 23.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, outros créditos, dividendos a receber e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, debêntures, obrigações com arrendamento, outras contas a pagar e partes relacionadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do ajuste a valor presente incidente sobre o saldo do passivo das subvenções governamentais.

2.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de bonificações recebidas, depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 15.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Arrendamentos

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que as controladas da Companhia obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.12. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia e suas controladas provisionaram a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Informações por segmento

A Companhia atua no segmento de produção e comercialização de bebidas. As unidades operacionais da Companhia e suas Controladas em conjunto fazem parte de um único processo produtivo. Desta forma, conclui-se sobre a existência de uma única unidade geradora de caixa e conseqüentemente sobre a existência de um único segmento operacional.

2.17. Contabilidade de hedge

As controladas da Companhia utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variações de taxas de câmbio, preço de *commodities* e contra a exposição das variações de câmbio atribuíveis a empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Essas operações foram designadas para contabilidade de hedge. As controladas da Companhia formalmente designam e documentam: a relação de hedge, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia para assumir o hedge.

A documentação inclui a identificação: i) do instrumento de cobertura; ii) o item protegido; iii) a natureza do risco coberto e como a Companhia avalia se a relação de hedge atende aos requisitos de efetividade (incluído a análise de fontes de inefetividade de hedge e determinação do índice de hedge).

Uma relação de hedge se qualifica para contabilidade de cobertura se satisfizer todos os requisitos de eficácia:

Existência de uma "relação econômica" entre o item coberto e o instrumento de cobertura. O efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam relação econômica.

O índice da relação de hedge é o mesmo que aquele resultante da quantidade o item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A Companhia possui as seguintes relações de hedge:

- Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;
- Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Bonificações

As bonificações financeiras ou em produtos concedidas aos clientes são registradas por competência reduzindo as receitas de vendas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 18.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 11.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	8	8	21.276	30.576
Equivalentes de caixa	3.665	2.800	1.000.356	566.593
	3.673	2.808	1.021.632	597.169

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentual médio de 99,9% em 31 de dezembro de 2020 (99,8% em 31 de dezembro de 2019) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Segue abaixo a composição:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CDB	3.665	2.800	912.040	38.957
Debêntures compromissadas	-	-	41.470	527.636
Letra Financeira	-	-	46.846	-
	3.665	2.800	1.000.356	566.593

5. Aplicações financeiras

	Taxa média	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fundos de investimento</u>					
Banco do Brasil	139%	-	-	1.687	24.518
Caixa	93%	-	-	-	3.731
Itaú	91%	-	-	-	45.189
Bradesco	100%	104	102	104	102
<u>Depósitos para reinvestimento</u>					
Banco do Nordeste	99,90%	-	-	10.652	24.388
		104	102	12.443	97.928
Circulante		104	102	1.791	73.540
Não circulante		-	-	10.652	24.388

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas (Consolidado)

Conta vinculada

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	25.219	34.879
	<u>26.025</u>	<u>35.685</u>

Obrigações com antigos acionistas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Grupo Lago (i)	806	806
Grupo Vieira (ii)	25.219	34.879
	<u>26.025</u>	<u>35.685</u>

- (i) A controlada indireta Norsa possui em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, R\$ 806 referente à conta vinculada (escrow) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.
- (ii) A controlada indireta Norsa possui em 31 de dezembro de 2020, R\$ 25.219 (R\$ 34.879 em 31 de dezembro de 2019) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (escrow) contratada quando da aquisição do controle acionário da CBA em junho de 2011 e CAF. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas, que porventura venham a surgir contra a controlada da Companhia. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado da conta vinculada. A controlada Norsa reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigações com os antigos acionistas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber (Consolidado)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Partes relacionadas (Nota 8)	1.948	2.824
Contas a receber de clientes.	356.493	390.496
	358.411	393.320
(-) Ajuste a valor presente	(278)	(719)
(-) Abatimentos	(16.447)	(7.191)
	341.716	385.410
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(19.064)	(15.979)
	322.652	369.431

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	326.404	316.893
Vencidos:		
1 a 30 dias	9.936	51.195
31 a 60 dias	1.201	1.371
61 a 90 dias	1.042	1.388
91 a 120 dias	415	625
121 a 150 dias	130	532
151 a 180 dias	224	817
Vencidos há mais de 180 dias	25	4.520
	339.377	377.341
(-) Ajuste a valor presente	(278)	(719)
(-) Abatimentos	(16.447)	(7.191)
	322.652	369.431

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

Vide a seguir as movimentações na provisão para perdas estimadas com crédito:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo Inicial	(15.979)	(7.900)
(+) Adições	(10.446)	(13.254)
(-) Baixas	7.361	5.175
	(19.064)	(15.979)

Em 31 de dezembro de 2020 o prazo médio de recebimento foi de 17 dias (24 dias em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia e suas controladas classificaram os títulos vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas que foi definida com base em:

- Taxas de inadimplência históricas sobre a vida esperada do contas a receber;
- Ajuste das estimativas para o futuro ("*forward-looking*"), conforme variação prevista nas projeções internas da Companhia e suas controladas; e
- A classificação das operações de crédito de cliente sendo definida considerando o título que apresentasse maior risco (vencido a maior tempo).

No caso dos títulos renegociados (confissão de dívida), a provisão será revertida quando do efetivo recebimento do título.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	-	-
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	1.948	2.824
	<u>1.948</u>	<u>2.824</u>
Partes relacionadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	304	1.062
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	7.737	3.407
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	1.519	15.649
	<u>9.560</u>	<u>20.118</u>
Passivo circulante – Fornecedores		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	14.312	34.611
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	9.766	15.001
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	8.291	14.912
Total Distribuidora de Bebidas Ltda.	-	(685)
	<u>32.369</u>	<u>63.839</u>
Partes relacionadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	19.797	48.391
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	14.547	9.350
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	8	-
	<u>34.352</u>	<u>57.741</u>

Empresa líder do conglomerado

A Renosa Participações S.A. é uma *holding* controlada conjuntamente pela Calila Investimentos S.A., TJ Participações S.A. e Refrigerantes do Noroeste Participações S.A. (acionistas diretos da também investidora Holdco 0 Participações S.A.) representando 69,1% das ações, com participação da Forsab Investments (Proprietary) Limited e Manchional Investment Holding S.A.R.L., conjuntamente representando 30,9% das ações.

A Solar.BR Participações S.A. é controlada pela Renosa Participações S.A. e Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., que é uma subsidiária da Coca-Cola Indústrias Ltda.

Influência significativa sobre controladas

A Renosa Participações S.A. é detentora de 66% das ações ordinárias da Solar. BR Participações S.A. A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. detém os 34% remanescentes das ações ordinárias da Solar.BR.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. é o principal fornecedor de insumos da Companhia. A mesma fornece o concentrado, principal matéria-prima para fabricação de refrigerantes. A Recofarma é uma empresa do grupo “*The Coca-Cola Company*”.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes. O contas a receber de empresas associadas, no ativo circulante, e a conta de fornecedores referentes a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Total Distribuidora Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda representam operações mercantis entre partes relacionadas, realizadas a preços e prazos acordados entre as partes. A Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e a Total Distribuidora Ltda. são fabricantes das bebidas não carbonatadas, já a Crystal Águas do Nordeste Ltda na fabricação de águas envasadas e águas saborizadas.

Demonstração da natureza das transações entre as partes relacionadas no quadro abaixo:

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza das transações</u>
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	Compra de matéria prima concentrado
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	Compra de produtos para revenda
Total Distribuidora Ltda.	Compra de produtos para revenda
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	Compra de produtos para revenda

Remuneração do pessoal-chave da administração da controlada da Companhia

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas com honorários dos conselheiros e diretores da Companhia, totalizaram R\$13.992 (R\$14.432 em 31 de dezembro de 2019).

Plano de remuneração baseado em ações virtuais da diretoria

O Programa de Incentivo de Longo Prazo foi iniciado em julho de 2013 e visa regulamentar a remuneração variável de longo prazo concedida a determinados executivos da controlada da Companhia, denominada “Bônus de Longo Prazo com Conversão para *Phantom Shares* após Período de Performance” (“Plano”), e tem por finalidades principais:

- (i) Incentivar a superação de metas e a maximização dos resultados da controlada Companhia;
- (ii) Alinhar os interesses dos beneficiários do Plano com os interesses dos acionistas da controlada da Companhia;
- (iii) Fomentar a criação de cultura em que os executivos atuem como donos da controlada Companhia (senso de propriedade); e

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

(iv) Possibilitar à controlada da Companhia a manutenção de executivos, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de auferirem vantagem patrimonial decorrente do bom desempenho e da valorização.

São elegíveis o Presidente, Vice-Presidente e Diretores ao plano que abrange metas de ciclo de 3 anos que, conforme o seu alcance, acarretarão na concessão de ações virtuais da Companhia (“*Phantom Shares*”), as quais poderão ser convertidas em espécie (R\$) e resgatadas pelos executivos após período de carência.

As metas atreladas ao Plano são estipuladas pela Diretoria da Companhia e aprovadas em reunião do Conselho de Administração, que também estabelece as regras de carência e resgate.

Na data da outorga este valor é convertido em *phantom shares*. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º ano seguinte ao período de outorga.

O preço de exercício será reajustado pela variação do lucro líquido da Companhia entre a data da outorga e a data de exercício, calculado como um múltiplo do “*phanton share*” para o ciclo 2016 a 2020. As ações outorgadas a partir de 2018 serão calculados na metodologia do “*Fluxo de caixa descontado*”.

O saldo “*vested*” de “*phantom shares*” provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$7.172 (R\$6.205 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, foi resgatado pelos funcionários o valor de R\$ 31 (R\$ 1.805 em 31 de dezembro de 2019).

9. Estoques (Consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	75.169	51.619
Matéria-prima e embalagem	111.266	48.514
Materiais auxiliares	1.727	1.646
Mercadorias para revenda	68.969	64.272
Almoxarifado	69.940	55.052
Almoxarifado marketing	9.979	13.461
Estoque de vasilhames	9.134	9.569
Produtos em processo	3.586	1.057
	349.770	245.190
Provisão para perdas de estoques	(31.227)	(17.006)
(-) Ajuste a valor presente – Estoque (a)	(1.095)	(1.373)
	317.448	226.811

(a) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 15 dias (16 dias em 2019) foram reconhecidos como reduções de estoques.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Estoques (Consolidado)--Continuação

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente e provisão para perda de estoque em 31 de dezembro de 2020:

(i) Ajuste a valor presente (Consolidado):

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo Inicial	(1.373)	(2.771)
(+) Adições	(1.095)	(1.373)
(-) Baixas	1.373	2.771
	<u>(1.095)</u>	<u>(1.373)</u>

(ii) Provisão para perda de estoque (Consolidado):

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo Inicial	(17.006)	(2.912)
(+) Adições	(26.177)	(24.960)
(-) Baixas	11.956	10.866
	<u>(31.227)</u>	<u>(17.006)</u>

10. Tributos a recuperar e obrigações tributárias

	<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo				
ICMS a recuperar	-	-	145.645	145.478
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	93.352	103.991
IPI a recuperar (a)	-	-	14.462	10.534
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	-	192.351	130.959
IRPJ/CSLL a recuperar	2.648	2.774	23.618	28.462
Outros impostos a recuperar	-	-	-	9.301
	<u>2.648</u>	<u>2.774</u>	<u>469.428</u>	<u>428.725</u>
Circulante	2.648	2.774	150.609	171.923
Não circulante	-	-	318.819	256.802
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	73.160	67.195
IRRF a recolher	-	-	2.908	2.799
IRPJ/CSLL a recolher	-	-	118.695	12.417
PIS a recolher	-	-	8.342	6.680
COFINS a recolher	-	-	38.620	31.140
IPI a recolher	-	-	15.802	5.148
Outros impostos a recolher	-	-	8.243	3.769
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>265.770</u>	<u>129.148</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Tributos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

- (a) IPI a recuperar - o cálculo do IPI é feito com base na alíquota presente na TIPI - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados para a classe de produtos correspondente. No caso das indústrias, o valor do IPI é calculado em relação ao valor da nota fiscal da mercadoria despachada, que pode eventualmente incluir valores sobre o frete e despesas acessórias. Tomamos créditos de IPI das seguintes entradas: Insumos (pré-forma, concentrado, materiais de embalagens e materiais auxiliares), assim como os produtos de revenda que sejam tributados pelo IPI. Referente ao IPI do Concentrado, em 20 de setembro de 2018, foi publicado no DOU, Decreto 9.897/19 elevando de 4%, para 12% no primeiro semestre de 2019, e reduzindo para 10% no segundo semestre de 2019. Para 2020, foi publicado o Decreto 10.254/20, alterando a alíquota para 8%. Em 19 de outubro de 2020, foi publicado no DOU, Decreto 10.523/20, mantendo a alíquota em 8% até 30 de novembro de 2020, alterando para 4% entre 01 de dezembro de 2020 e 31 de janeiro de 2021 e a partir de 01 de fevereiro de 2021, a alíquota retorna para 8%.
- (b) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é em até 4 anos, conforme quadro abaixo:

Apropriação	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	45.389
2021	40.311	28.650
2022	29.975	17.277
2023	18.298	12.675
2024 em diante	4.768	-
	93.352	103.991

- (c) Trânsito em julgado – Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS – Ação ordinária distribuída pela controlada indireta da Companhia Refrescos Guararapes Ltda. (“REGUA”) em janeiro de 2007.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

Dado o longo período envolvido de direito ao crédito e a complexidade que envolve o cálculo, principalmente, para o período anterior ao ano de 2011, que antecede a vigência e obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração Fiscal Digital (SPED), a administração da Companhia contratou escritório de advocacia para endereçar as hipóteses de mensuração do direito ao crédito, assim como empresa especializada para apurar os valores envolvidos.

Vale ressaltar, que a Receita Federal publicou a Solução COSIT nº 13/18 e IN nº 1.911/19, nas quais firma seu entendimento de que somente o saldo a recolher efetivo de ICMS, após apuração de débitos e créditos, pode ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços.

Em julho de 2019, a controlada da Companhia Refrescos Guararapes Ltda, obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado em 2007 e garantiu o direito do reconhecimento do crédito tributário.

Em 31 de dezembro de 2019, foi registrado o montante de R\$ 130.074, sendo R\$ 84.514 e R\$ 45.560 de principal (outras receitas) e atualização monetária (receita financeira), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, foi registrado, de forma complementar, o montante de R\$ 76.548, sendo R\$ 45.667 e R\$ 30.822, de principal (outras receitas) e atualização monetária (receita financeira), respectivamente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

A utilização dos saldos de créditos remanescentes de PIS e COFINS para 31/12/2020 no montante de R\$ 192.351, ocorrerá em até 03 anos, conforme quadro abaixo:

	Consolidado
Apropriação	31/12/2020
2021	97.734
2022	85.855
2023 em diante	8.762
	<u>192.351</u>

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

As controladas da Companhia, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam as seguintes naturezas:

Em 31 de dezembro de 2020

Ativo

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	26.761	8.600	35.361
Perda por redução ao valor recuperável	658	237	895
Provisão para contingências	63.071	22.706	85.777
Provisões para perdas e outras	42.062	15.076	57.138
	<u>132.552</u>	<u>46.619</u>	<u>179.171</u>

Passivo

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Operações de swap	(347)	(124)	(471)
Ágio	(152.477)	(54.892)	(207.369)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(385)	(139)	(524)
Provisões para perdas e outras	(89)	(32)	(121)
	<u>(153.298)</u>	<u>(55.187)</u>	<u>(208.485)</u>
	<u>(20.746)</u>	<u>(8.568)</u>	<u>(29.314)</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

Em 31 de dezembro de 2019

Ativo

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	30.355	9.893	40.248
Perda por redução ao valor recuperável	565	203	768
Provisão para contingências	51.174	18.423	69.597
Operações de swap	560	202	762
Provisões para perdas e outras	46.219	16.602	62.821
	<u>128.873</u>	<u>45.323</u>	<u>174.196</u>

Passivo

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ágio	(141.474)	(50.931)	(192.405)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(763)	(274)	(1.037)
	<u>(142.237)</u>	<u>(51.205)</u>	<u>(193.442)</u>
	<u>(13.364)</u>	<u>(5.882)</u>	<u>(19.246)</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo da Companhia são constituídos, substancialmente, por diferenças temporárias e prejuízo acumulado, proveniente em sua quase totalidade, de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e pelo prejuízo fiscal da Refrescos Guararapes. Tendo em vista a imprevisibilidade do encerramento destes processos, não é possível estimar uma data específica da realização.

A companhia desde a sua consolidação em 2013 realizou algumas cisões e incorporações como parte do seu projeto de reorganização societária com objetivo de simplificar sua estrutura, tendo a última sido realizada em 2017, na qual a CMR foi cindida parcialmente para a Regua e totalmente para a Norsa, permitindo a utilização do ágio fiscal e, conseqüentemente, gerando uma diferença temporária, que por sua vez resultou na constituição de imposto de renda e contribuição social diferido passivo conforme regido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Corrente		
Imposto de renda	(124.217)	(30.769)
Redução de incentivo fiscal (Nota 24)	34.935	25.937
Contribuição social	(45.797)	(11.435)
	<u>(135.079)</u>	<u>(16.267)</u>
Diferidos		
Imposto de renda	(7.454)	10.300
Contribuição social	(2.661)	4.051
	<u>(10.115)</u>	<u>14.351</u>
	<u>(145.194)</u>	<u>(1.916)</u>

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	506.425	223.997
Resultado de incentivos fiscais	302.414	139.100
	808.839	363.097
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(275.005)	(123.453)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	34.935	25.937
Equivalência patrimonial	17.922	12.997
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	102.690	70.317
Outras exclusões (adições), líquidas	(25.736)	12.286
	(145.194)	(1.916)
Alíquota efetiva	18%	1%

12. Despesas antecipadas (Consolidado)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas de marketing a apropriar	13.813	11.545
Seguros a apropriar	3.258	2.367
IPVA a Apropriar	-	317
Benefícios a apropriar	366	477
Licenças a apropriar	4.767	2.830
Outras despesas a apropriar	1.435	1.170
	23.639	18.706
Circulante	17.105	14.133
Não circulante	6.534	4.573

13. Depósitos judiciais (Consolidado)

Tendo em vista a existência de dúvidas quanto à legalidade e constitucionalidade da cobrança de determinados tributos e encargos sociais, a controladora e as controladas ajuizaram ações, efetuando depósitos em juízo dos valores questionados. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava os seguintes depósitos judiciais, relacionados aos riscos cíveis, trabalhistas (deduzido dos saques realizados) e tributários:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Depósitos judiciais (Consolidado)--Continuação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	46.364	45.300
Cíveis	3.276	15.495
Tributárias	149.453	135.035
	199.093	195.830

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos judiciais vinculados aos processos de classificação de risco de perda provável totalizavam R\$ 118.597 (R\$ 121.814 em 31 de dezembro de 2019).

14. Investimentos

Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Avaliados a equivalência patrimonial:				
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (a)	-	-	55.498	75.744
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	-	-	53.946	50.811
Trop Frutas do Brasil Ltda. (b)	-	-	23.263	24.155
Ubi 3 Participações (Ades) (c)	-	-	19.913	19.913
Solar.BR Participações S.A.	1.330.718	1.218.405	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	1.392.288	1.392.288	-	-
	2.723.006	2.610.693	152.620	170.623

- (a) O investimento da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. de 7,05% em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é avaliado ao método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou provisão para perda de investimentos no montante de R\$ 14.486, referente ao *impairment* da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido e prejuízo do exercício desta investida é de R\$778.294 e R\$347.308, respectivamente.
- (b) O investimento na Trop Frutas do Brasil Ltda. de 5,81% em trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido e o prejuízo do exercício desta investida é de R\$400.390 e R\$ 15.377, respectivamente. Não houve ágio na aquisição da Trop Frutas do Brasil Ltda.
- (c) Refere-se ao efeito da equivalência patrimonial sobre a provisão para perda em ativo imobilizado da investida Leão Alimentos e Bebidas Ltda. registrada em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 18.800 devido ao encerramento parcial das linhas de produção da fábrica localizada em Linhares – ES. O registro da provisão na investida foi realizado durante o exercício de 2020, impactando o valor do investimento através de equivalência patrimonial, desta forma, essa provisão foi revertida completamente em 2020. Em 31 de dezembro de 2020 foi realizada uma provisão complementar no montante de R\$ 14.468 devido ao encerramento parcial das linhas de produção da fábrica localizada em Linhares – ES. A Companhia manteve o efeito da equivalência patrimonial sobre as provisões e reversões no montante de R\$ 4.332, pela expectativa de fechamento de todas as atividades da fábrica de Linhares – ES.
- (d) O investimento na Crystal Águas do Nordeste Ltda. de 50,00% em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido e lucro do exercício desta investida é de R\$107.893 e R\$6.271, respectivamente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Investimentos--Continuação

Informações sobre investimentos na Solar.BR Participações

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido	361.231	222.081
Patrimônio líquido	2.016.241	1.846.067
% de participação	66%	66%

Informações sobre investimentos em Companhias controladas indiretas

	<u>Norsa</u>		<u>Regua</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido	338.845	185.165	75.521	65.024
Patrimônio líquido	1.649.524	1.567.397	292.373	279.959
% de participação	84,08%	84,08%	99,99%	99,99%

(a) A Companhia possui 84,08% de participação direta sobre a Norsa e 15,92% de participação indireta através da Regua. O número apresenta redução de R\$ 1.437, referente à lucros não realizados no estoque no resultado de equivalência.

(b) A Companhia possui 99,99% de participação direta sobre a Regua.

Movimentação

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>Solar.BR</u>	<u>Leão</u>	<u>Trop Frutas</u>	<u>CAF</u>	<u>UBI 3</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018	2.591.975	93.590	24.430	45.527	19.913	183.460
Ajuste de avaliação patrimonial	2.201	161	-	-	-	161
Distribuição de dividendos	(130.056)	-	-	-	-	-
Provisão para perda de investimento	-	(18.800)	-	-	-	(18.800)
Equivalência patrimonial	146.573	793	(275)	5.284	-	5.802
Em 31 de dezembro de 2019	2.610.693	75.744	24.155	50.811	19.913	170.623
Ajuste de avaliação patrimonial	1.313	(81)	-	-	-	(81)
Distribuição de dividendos	(127.412)	-	-	-	-	-
Provisão para perda de investimento	-	4.332	-	-	-	4.332
Equivalência patrimonial	238.412	(24.497)	(892)	3.135	-	(22.254)
Em 31 de dezembro de 2020	2.723.006	55.498	23.263	53.946	19.913	152.620

14. Investimentos--Continuação

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação dos dividendos a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	34.811	21.839
Dividendos propostos por controladas	127.412	130.056
Recebimento de dividendos de controladas	(105.600)	(117.084)
Saldo final	56.623	34.811

15. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição dos saldos

	31/12/2020			31/12/2019	
	Taxas médias ponderadas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	86.225	-	86.225	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	29.041	(11.145)	17.896	18.772
Edificações	3,7%	601.058	(201.712)	399.346	399.009
Máquinas e equipamentos	6,7%	1.127.312	(615.241)	512.071	498.307
Móveis e utensílios	10,0%	35.686	(23.427)	12.259	13.503
Garrafas e embalagens	20,0%	664.298	(548.753)	115.545	147.819
Congeladores	10,0% e 20,0%	396.339	(264.193)	132.146	130.252
Computadores e periféricos	20,0%	47.945	(38.550)	9.395	10.447
Veículos	10,0% e 20,0%	204.456	(116.677)	87.779	84.670
Instalações	5,0%	255.154	(83.947)	171.207	173.983
Outras imobilizações	5,0% e 20,0%	57.588	(21.208)	36.380	42.603
Imobilizado em andamento	-	51.412	-	51.412	101.433
Provisão para perdas	-	(17.430)	-	(17.430)	(22.805)
		3.539.084	(1.924.853)	1.614.231	1.684.218

b) Movimentação dos saldos

	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros (i)	31/12/2020
Terrenos	86.225	-	-	-	-	-	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.772	590	(33)	(1.693)	260	-	17.896
Edificações	399.009	10.654	(922)	(20.770)	11.375	-	399.346
Máquinas e equipamentos	498.307	19.784	(11.275)	(70.554)	75.809	-	512.071
Móveis e utensílios	13.503	403	(43)	(2.678)	1.074	-	12.259
Garrafas e embalagens	147.819	47.145	(2.296)	(77.768)	645	-	115.545
Congeladores	130.252	53.175	(2.725)	(54.330)	5.774	-	132.146
Computadores e periféricos	10.447	2.436	52	(5.329)	991	798	9.395
Veículos	84.670	18.518	(2.977)	(12.432)	-	-	87.779
Instalações	173.983	8.183	(10.288)	(14.386)	13.715	-	171.207
Outras imobilizações	42.603	3.234	(482)	(3.555)	(5.420)	-	36.380
Imobilizado em andamento	101.433	54.251	(78)	-	(104.223)	29	51.412
Provisão para perdas (ii)	(22.805)	-	-	-	-	5.375	(17.430)
	1.684.218	218.373	(31.067)	(263.495)	-	6.202	1.614.231

- (i) O montante de R\$ 6.202 é composto por, reversões e provisões para perda com imobilizado no montante de R\$ 5.375, constituição de juros capitalizados R\$ 138, reclassificação de softwares que do imobilizado para o intangível no montante de R\$ 109 e por equipamentos de informática concluídos em 2020 com início de projeto em 2019 no montante de R\$ 798.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

a) Movimentação dos saldos--Continuação

(ii) Refere-se à provisão para perda com imobilizado no montante de R\$ 17.430, conforme detalhamento abaixo:

<u>Descrição</u>							<u>31/12/2020</u>
Inventário de máquinas e equipamentos							(12.000)
Inventário de congeladores							(3.500)
Estimativa de quebra de garrafas							(900)
Inventário de veículos							(530)
Outros							(500)
							<u>(17.430)</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências</u>	<u>Outros (i)</u>	<u>31/12/2019</u>
Terrenos	86.225	-	-	-	-	-	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.016	100	-	(963)	619	-	18.772
Edificações	405.453	5.288	-	(19.978)	8.246	-	399.009
Máquinas e equipamentos	508.498	50.324	(3.820)	(68.645)	11.950	-	498.307
Móveis e utensílios	15.206	681	(69)	(2.645)	330	-	13.503
Garrafas e embalagens	178.263	48.661	(128)	(83.555)	4.578	-	147.819
Congeladores	137.862	48.821	(2.634)	(56.217)	2.420	-	130.252
Computadores e periféricos	12.529	2.598	(62)	(5.804)	1.186	-	10.447
Veículos	97.348	2.609	(3.077)	(12.281)	71	-	84.670
Veículos Leasing	1.038	-	-	-	-	(1.038)	-
Pallets	2.317	2.136	(3.626)	(2.817)	1.990	-	-
Instalações	169.188	8.185	(80)	(13.231)	9.921	-	173.983
Outras imobilizações	18.230	682	(238)	(4.760)	1.176	27.513	42.603
Imobilizado em andamento	66.492	88.273	(117)	-	(42.487)	(10.728)	101.433
Provisão para perda (ii)	(1.658)	-	-	-	-	(21.147)	(22.805)
	<u>1.716.007</u>	<u>258.358</u>	<u>(13.851)</u>	<u>(270.896)</u>	<u>-</u>	<u>(5.400)</u>	<u>1.684.218</u>

(i) O montante de (R\$ 5.400) é composto por reclassificação de imobilizado para direito de uso referente ao leasing de veículos (R\$ 1.038), constituição de provisão para perda com imobilizado no montante de (R\$ 21.147) e capitalização de peças do estoque para o imobilizado R\$ 27.513. O montante de (R\$ 10.728) refere-se à reclassificação de software alocados em obras em andamento, no montante de (R\$ 11.726) e constituição de juros capitalizados R\$ 998.

(ii) Refere-se à provisão para perda com imobilizado no montante de R\$ 22.805, conforme detalhamento abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>
Inventário de congeladores	(9.329)
Inventário fabril (Arapiraca)	(8.000)
Inventário de máquinas e equipamentos	(5.000)
Outros	(476)
	<u>(22.805)</u>

Imobilizado em andamento

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos, equipamentos de mercado e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

a) Movimentação dos saldos--Continuação

Custos de empréstimos capitalizados

Os custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram de aproximadamente R\$138 (R\$ 998 em 31 de dezembro de 2019). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 6,76% a.a. (6,32% a.a. em 2019), que representa a taxa média ponderada dos empréstimos específicos.

16. Direito de uso e obrigações com arrendamento mercantil (Consolidado)

A Companhia possui contratos de arrendamento de diversos itens de instalações fabris, máquinas, veículos e outros equipamentos utilizados em suas operações. Os prazos de arrendamento de máquinas e equipamentos, geralmente variam entre 3 e 15 anos, enquanto frotas e imóveis geralmente têm prazos de arrendamento entre 3 e 5 anos. As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados.

A Companhia possui 29 contratos de arrendamento. Os principais efeitos nas demonstrações contábeis estão detalhados a seguir:

a) Ativo de direito de uso

		Consolidado			
		Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa média de amortização		50% a 100%	12% a 100%	33% a 100%	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Não circulante	16.321	19.708	21.609	57.638
Aquisições		38.250	624	26	38.900
Depreciação		(13.404)	(6.250)	(2.792)	(22.446)
Baixas		-	(118)	-	(118)
Outros		(406)	(768)	18	(1.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Não circulante	40.761	13.196	18.861	72.818

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Direito de uso e obrigações com arrendamento mercantil (Consolidado)-- Continuação

b) Passivo de arrendamento

	Consolidado				
		Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	Circulante	7.356	6.153	2.410	15.919
	Não circulante	9.340	14.251	19.291	42.882
Aquisições		38.250	624	26	38.900
Juros Apropriados		2.124	1.488	1.324	4.936
Baixas		-	(118)	-	(118)
Pagamentos Principal		(12.629)	(5.940)	(2.294)	(20.863)
Pagamento de juros		(2.327)	(1.469)	(1.332)	(5.128)
Outros		(406)	(769)	27	(1.148)
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	Circulante	11.458	4.290	1.764	17.512
	Não circulante	30.250	9.930	17.688	57.868

Cronograma do passivo de arrendamento

Vencimentos	31/12/2020
2021	17.512
2022	15.963
2023	13.854
2024	8.234
2025 a diante	19.817
Total	75.380

17. Intangível (Consolidado)

	31/12/2019	Adições	Baixa	Outros(a)	31/12/2020
Custo					
Ágio na aquisição de investimentos	3.522.058	-	-	-	3.522.058
Direito de uso Marca	1.845	-	-	-	1.845
Softwares e sistemas informatizados	127.860	5.615	(287)	109	133.297
Softwares em desenvolvimento	10.724	5.580	-	(798)	15.506
	3.662.488	11.194	(287)	(689)	3.672.706
(-) Amortização Software	(94.141)	(17.010)	287	-	(110.864)
(-) Amortização direito de uso Marca	(555)	(185)	-	-	(740)
Total do intangível	3.567.791	(6.000)	-	(689)	3.561.102

- (a) Os valores apresentados na coluna de "outros" são compostos por equipamentos de informática concluídos em 2020 com início de projeto em 2019 no montante de R\$ 798 que estavam alocados no intangível e foram reclassificados para o imobilizado e reclassificação de softwares que estavam no imobilizado no montante de R\$ 109.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Intangível (Consolidado)--Continuação

	31/12/2018	Adições	Outros(a)	31/12/2019
Custo				
Ágio na aquisição de investimentos	3.522.058	-	-	3.522.058
Direito de uso Marca	1.845	-	-	1.845
Softwares e sistemas informatizados	116.507	1.886	9.467	127.860
Softwares em desenvolvimento	-	8.465	2.259	10.724
	<u>3.640.410</u>	<u>10.351</u>	<u>11.726</u>	<u>3.662.487</u>
(-) Amortização Software	(78.760)	(15.381)	-	(94.141)
(-) Amortização direito de uso Marca	(370)	(185)	-	(555)
Total do intangível	<u>3.561.280</u>	<u>(5.215)</u>	<u>11.726</u>	<u>3.567.791</u>

(a) Os valores apresentados na coluna de "outros" são compostos por softwares concluídos em 2019 com início de projeto em 2018 no montante de R\$ 11.726.

Os saldos dos ágios são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram identificados indícios de perda do valor recuperável.

18. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)

O valor recuperável das unidades foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela alta administração. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado da Solar.BR e na tendência do consumo de bebidas não alcoólicas. No longo prazo, estes itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,60% (10,50% em 2019) e os fluxos de caixa que excedem o período de 05 (cinco) anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,3% (3,99% em 2019), considerando IPCA. Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)--Continuação

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso--Continuação

Margens brutas - As margens brutas são calculadas com base no planejamento da Companhia. Essas margens possuem suaves crescimentos devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custo provenientes de commodities e aumento de tributos.

Inflação de preços de matérias-primas - As estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Premissas de participação no mercado - Essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação da Companhia e suas controladas no mercado de bebidas permaneça estável ao longo do período orçamentário, considerando as razões acima apresentadas.

Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso das referidas unidades geradoras de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder seu montante recuperável.

19. Fornecedores (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a pagar a fornecedores possuíam a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Partes relacionadas (Nota 8)	32.369	63.839
Fornecedores nacionais	662.693	464.433
Ajuste a valor presente	(1.635)	(2.460)
	693.427	525.812

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Fornecedores (Consolidado)--Continuação

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	(2.460)	(3.274)
AVP provisionado no ano	(1.635)	(2.460)
Reversão	2.460	3.274
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(1.635)	(2.460)

O prazo médio de pagamento (consolidado) é de 109 dias em 31 de dezembro de 2020 (100 dias em 31 de dezembro de 2019).

20. Fornecedor de risco sacado (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a pagar a fornecedores de risco sacado possuíam a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de risco sacado	276.666	229.444
Ajuste a valor presente	(1.296)	(2.776)
	275.370	226.668

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	(2.776)	(4.139)
AVP provisionado no ano	(1.296)	(2.776)
Reversão	2.776	4.139
Saldo final em 30 de junho de 2020	(1.296)	(2.776)

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contra partida de encargos financeiros.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Fornecedores risco sacado (Consolidado)--Continuação

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Despesas financeiras” pela fruição de prazo.

21. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Taxas médias ponderadas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Banco do Nordeste S.A – FNE	5,84% a.a.	3.821	26.423
FINAME/BNDES	5,32% a.a.	18.757	22.112
CCB	5,42% a.a.	50.334	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	Juros de 96% do CDI	283	5.408
Capital de Giro	Juros de 88,5% a 145% do CDI	28.349	418.292
		101.544	472.235
Não circulante			
Banco do Nordeste S.A - FNE	5,84% a.a.	15.412	43.980
FINAME/BNDES	5,32% a.a.	30.630	48.306
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	Juros de 96% do CDI	655.480	652.989
Capital de Giro	Juros de 88,5% a 145% do CDI	126.041	-
		827.563	745.275

(a) O FNE é garantido por fiança bancária, conta reserva com valor equivalente a três parcelas do financiamento e aval do controlador; já o FINAME é garantido por alienação fiduciária e aval cruzado.

(b) No CRA as garantias são asseguradas por fiança bancária e a remuneração é sobre o valor nominal unitário do saldo devedor.

(c) A CCB é garantido por aval bancário, onde o mesmo se obriga perante o banco solidariamente e em caráter irrevogável e irretroatável, no tocante ao pagamento de todo e qualquer valor devido ao banco.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.217.510	1.527.494
Entradas	224.130	9.791
Juros apropriados	39.507	74.696
Variação cambial	4.287	2.133
Amortização de principal	(484.349)	(337.081)
Juros pagos	(72.641)	(60.440)
Despesa de captação	663	917
Saldo final	929.107	1.217.510

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

Os montantes de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Em 31 de dezembro de 2020					
Modalidade	Total	Menos de			
		1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 5 anos
Banco do Nordeste S.A - FNE	19.233	3.821	5.200	5.200	5.012
FINAME/BNDES	49.387	18.757	15.453	11.186	3.991
CCB	50.334	50.334	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	655.763	283	655.480	-	-
Capital de Giro	154.390	28.349	16.041	110.000	-
	929.107	101.544	692.174	126.386	9.003

Em 31 de dezembro de 2019					
Modalidade	Total	Menos de			
		1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 5 anos
Banco do Nordeste S.A - FNE	70.403	26.423	22.618	18.018	3.344
FINAME/BNDES	70.418	22.112	17.654	15.388	15.264
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	658.397	5.408	-	652.989	-
Capital de Giro	418.292	418.292	-	-	-
	1.217.510	472.235	40.272	686.395	18.608

Cláusulas restritivas

A Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e não possuem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Debêntures (Consolidado)

Em 26 de Junho de 2013 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 200.000, semelhantemente em 28/06/2019 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Votorantim, no montante de R\$ 250.000 emitida em duas séries a 1ª de R\$ 139.000 e a 2ª R\$ 111.000, conforme demonstrado abaixo:

Entidades financiadoras da operação	Data de emissão	Data de Vencimento	Tipo de emissão	Valor total na data da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva		
							31/12/2020	31/12/2019
Circulante								
Banco Bradesco	28/06/2013	28/06/2020	Simple	200.000	100% CDI+1,4%	5,10%	-	19.813
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simple	139.000	105,15% CDI	2,00%	55.519	55.625
							55.519	75.438
Não circulante								
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simple	139.000	105,15% CDI	2,00%	27.800	83.400
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simple	111.000	108,00% CDI	2,05%	117.133	113.611
							144.933	197.011

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	272.449	59.744
Entradas	-	250.000
Juros apropriados	7.434	9.842
Amortização de principal	(75.602)	(40.542)
Juros pagos	(4.030)	(6.689)
Despesa de captação	201	94
Saldo final	200.452	272.449

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Debêntures (Consolidado)--Continuação

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Em 31 de dezembro de 2020

Modalidade	Total	Menos de			
		1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 5 anos
Banco Votorantim (139.000)	83.319	55.519	27.800	-	-
Banco Votorantim (111.000)	117.134	-	27.750	55.500	33.884
	200.453	55.519	55.550	55.500	33.884

Em 31 de dezembro de 2019

Modalidade	Total	Menos de			
		1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 5 anos
Banco Bradesco	19.813	19.813	-	-	-
Banco Votorantim (139.000)	139.025	55.625	55.600	27.800	-
Banco Votorantim (111.000)	113.611	-	-	27.750	85.861
	272.449	75.438	55.600	55.550	85.861

Limites e índices financeiros: o índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Emissora, deverá ser menor que 2,5 e maior ou igual a 1,25. A Companhia apresentou o índice de 0,32 em 31 de dezembro de 2020 (1,46 em 31 de dezembro de 2019). O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,5. A Companhia apresentou o índice de 16,02 em 31 de dezembro de 2020 (7,63 em 31 de dezembro de 2019), consequentemente todos os índices exigidos estão sendo cumpridos.

Remuneração: a Debênture emitida em 2013 rende juros correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,40%. Enquanto a emissão de Debêntures em 2019 ocorreu em duas séries, sendo a remuneração da 1ª série de 105,15% e da 2ª série 108% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI").

Garantia: em 2019, no momento da emissão, as debêntures foram garantidas por fiança da Companhia Solar.BR Participações.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como hedge de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de hedge, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento, fornecedores, fornecedores de risco sacado e contratos de swap e a termo.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.1. Instrumentos financeiros derivativos

	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes a caixa	1.017.959	1.017.959	594.360	594.360
Contas a receber de clientes	322.652	322.652	369.431	369.431
Aplicações financeiras	12.339	12.339	97.826	97.826
Partes relacionadas	9.560	9.560	20.118	20.118
	1.362.510	1.362.510	1.081.735	1.081.735
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de mercadorias	10.026	10.026	3.225	3.225
Contratos a termo de moeda	801	801	1.159	1.159
Contratos de SWAP	-	-	32.450	32.450
	10.827	10.827	36.834	36.834
Passivos financeiros				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	693.427	693.427	525.812	525.812
Fornecedores de risco sacado	275.370	275.370	226.668	226.668
Empréstimos e financiamentos	929.107	935.243	1.217.510	1.221.348
Debêntures	200.452	201.991	272.449	275.176
Partes relacionadas	34.352	34.352	57.741	57.741
Obrigações com arrendamento	75.380	75.380	58.801	58.801
	2.208.088	2.215.763	2.358.981	2.365.546
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de mercadorias	-	-	133	133
Contratos a termo de moeda	10.113	10.113	2.479	2.479
	10.113	10.113	2.612	2.612

23.2. Valor justo

O valor justo e valor contábil dos ativos e passivos financeiros, exceto empréstimos e financiamentos e debêntures, não apresentam diferenças para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pois atualmente a Companhia registra seus instrumentos financeiros pelo valor justo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.2. Valor justo--Continuação

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, contas a receber e a pagar a empresas associadas se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos financiamentos atrelados à CDI e taxas-pré foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando 4,28% a.a. (5,74% a.a. em 31 de dezembro de 2019). No caso das debêntures, atrelados à CDI foi determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, apresentando 4,50% a.a. (5,38% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base em mensuração técnica, bem como, com base em dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo, opções e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da commodity objeto.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam da seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos em conformidade com a hierarquia de valorização:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.2. Valor justo--Continuação

	31/12/2020			31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes a caixa	21.268	996.691	-	30.567	563.793	-
Contas a receber de clientes	322.652	-	-	369.431	-	-
Aplicações financeiras	10.652	1.687	-	24.388	73.438	-
Partes relacionadas	9.560	-	-	20.118	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Swap	-	-	-	-	32.450	-
Moeda	-	801	-	-	1.159	-
Mercadoria	-	10.026	-	-	3.225	-
	364.132	1.009.205	-	444.504	674.065	-
Valor justo de instrumentos de <i>hedge</i>						
Swap	-	-	-	-	7.995	-
Moeda	-	801	-	-	1.159	-
Mercadoria	-	10.026	-	-	3.225	-
	-	10.827	-	-	12.379	-
Passivos ao valor justo por meio do resultado						
Fornecedores	693.427	-	-	525.812	-	-
Fornecedores de risco sacado	275.370	-	-	226.668	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	935.243	-	-	1.221.348	-
Partes relacionadas	34.352	-	-	57.741	-	-
Obrigações com arrendamento mercantil	75.380	-	-	58.801	-	-
Valor justo de instrumentos de <i>hedge</i>						
Moeda	-	10.113	-	-	2.479	-
Mercadoria	-	-	-	-	133	-
	1.078.529	945.356	-	869.022	1.223.960	-

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.3. Operações com derivativos

Risco de preço de commodities

A Companhia compra açúcar em base contínua, uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto do açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia estabeleceu uma política de gestão de riscos. Todas as operações de contratos a termos e demais instrumentos financeiros derivativos estão em consonância com a política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Qualquer operação no mercado de derivativos possui como único objetivo: reduzir a exposição das controladas da Companhia à volatilidade do custo dos insumos de produção. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos. Com o estabelecimento destes contratos, espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de NDF - "Non Deliverable Forward" para fins de cobertura cambial.

23.4. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, debêntures, fornecedores a pagar, outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. O saldo de contas a receber e outras contas a receber resultam diretamente de suas operações. A Companhia também mantém aplicações financeiras, depósitos à vista e a curto prazo e contrata instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps, opções e termos (moeda e commodities)

A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

A gestão destes riscos é supervisionada pela Companhia de acordo com a estrutura de governança apropriada para que as atividades, que resultem em riscos financeiros da Companhia, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

A Companhia não contrata derivativos para fins especulativos, as operações são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais principalmente com relação ao caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e derivativos.

Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia possui operações financeiras ativas somente com bancos de primeira linha, que possuem classificação de risco (rating) de "Grau de Investimento". Na gestão do seu contas a receber a Companhia adota monitoramento ativo de clientes, revisão periódica de limites de clientes e controle rígido de prazos e modalidades de recebimento.

ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, e debêntures, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros, variação cambial e preço de commodities.

iii) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos empréstimos em moeda estrangeira e custos indexados à moeda estrangeira (commodities).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii. Risco de câmbio--Continuação

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de hedge designados e não designados em estruturas de hedge accounting. Dessa forma, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de "swap", de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local.

iv. Risco de Taxa de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado através do monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam reduzir eventuais impactos negativos das variações de taxas de juros.

v. Risco de preço de commodities

A Companhia compra açúcar em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia estabeleceu uma política de gestão de riscos que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento do preço de tais commodities.

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

vi. Risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Visando assegurar o permanente cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia observa critérios específicos para: (i) mensuração e manutenção de um saldo mínimo de disponibilidades e aplicações financeiras ("caixa mínimo"), (ii) destinação deste saldo em investimentos financeiros, (iii) contratação de novas operações.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Contábil</u>	<u>Fluxo contratual</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>De 3 a 8 anos</u>
31 de dezembro de 2020	1.215.052	1.234.839	187.495	768.495	278.849
Empréstimos e financiamentos	929.107	934.726	99.977	693.754	140.995
Instrumentos financeiros derivativos	10.113	10.113	10.113	-	-
Arrendamento	75.380	89.164	21.805	19.191	48.168
Debêntures	200.452	200.886	55.600	55.600	89.686
31 de dezembro de 2019	1.551.372	1.559.484	533.288	105.179	921.017
Empréstimos e financiamentos	1.217.510	1.225.017	439.630	40.272	745.115
Instrumentos financeiros derivativos	2.612	2.612	2.612	-	-
Arrendamento	58.801	58.820	15.445	9.357	34.018
Debêntures	272.449	273.035	75.601	55.550	141.884

23.5. Contabilidade de hedge

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na conta de outros resultados abrangentes, e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações:

- Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.5. Contabilidade de hedge--Continuação

- Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- Hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

31 de dezembro de 2020	Notional	Valor contábil		Linha do balanço patrimonial	Variação no valor justo
		Ativo	Passivo		
Contratos de Termo/NDF:					
Compra de Termo de mercadorias	18.518	10.026	-	Instrumentos Financeiros	10.026
Compra de Termo de moeda	38.950	801	10.113	Instrumentos Financeiros	(9.312)
Total	57.468	10.827	10.113		

31 de dezembro de 2019	Notional	Valor contábil		Linha do balanço patrimonial	Variação no valor justo
		Ativo	Passivo		
Contratos de Swap:					
Pré x CDI	250.000	7.995	-	Instrumentos Financeiros	3.704
Subtotal Swap	250.000	7.995	-	-	3.704
Contratos de Termo/NDF:					
Compra de Termo de mercadorias	14.452	3.225	133	Instrumentos Financeiros	3.092
Compra de Termo de moeda	33.900	1.159	2.479	Instrumentos Financeiros	(1.320)
Subtotal Termo	48.352	4.384	2.612	-	1.772
Derivativos não designados como hedge		24.455	-	Instrumentos Financeiros	-
Total	298.352	36.834	2.612		

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

23.6. Análise de sensibilidade

A administração da Solar.BR efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores imobiliários, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.6. Análise de sensibilidade--Continuação

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 1,9%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Solar.BR. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Solar.BR é de manutenção da taxa de 1,9% em 31 de dezembro de 2020. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2020 é de 4,39% a.a. e sobre a SELIC é de 2,0%%.

Operações	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário provável	Cenário otimista	Cenário pessimista
Total Ativo Financeiro	1.045.882			1.045.882	1.029.818	1.031.315
Equivalente de caixa	996.691			996.691	982.482	987.210
CDB	908.375	CDI	100,7%	908.375	876.111	880.344
Debêntures compromissadas	41.470	CDI	78,6%	41.470	60.183	60.446
Letra Financeira	46.846	CDI	104,5%	46.846	46.188	46.420
Aplicações financeiras	12.339			12.339	12.287	12.225
Fundos de investimentos	1.687	CDI	139,4%	1.687	1.688	1.676
Aplicações financeiras (não circulante)	10.652	CDI	99,0%	10.652	10.599	10.549
Títulos e valores imobiliários	26.025			26.025	26.240	26.008
Conta Vinculada	26.025	CDI	193,3%	26.025	26.240	26.008
Designado para hedge accounting	10.827			10.827	8.809	5.872
Contratos a termo de moeda	801	USD x BRL	5,42	801	601	400
Contratos a termo de mercadorias	10.026	Aumento preço sugar11	0,13	10.026	8.208	5.472
Total Passivo Financeiro	1.139.673			1.139.673	1.147.846	1.155.906
Empréstimos e financiamentos	929.107			929.107	933.891	938.560
Banco do Nordeste S.A. - FNE	19.233	PRÉ	5,6%	19.233	19.233	19.233
FINAME/BNDES	49.387	PRÉ	5,3%	49.387	49.387	49.387
CCB	50.334	PRÉ		50.334	50.334	50.334
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	655.763	CDI	96,0%	655.763	660.036	663.011
Capital de giro	154.390	CDI	3,3%	154.390	154.901	156.595
Instrumentos financeiros derivativos	10.113			10.113	12.641	15.169
Contratos a termo de moeda	10.113	USD x BRL	5,42	10.113	12.641	15.169
Debêntures	200.453			200.453	201.314	202.177
Banco Votorantim	200.453	CDI	1,77%	200.453	201.314	202.177
Impacto no resultado da despesa financeira sensível	2.185.555			2.185.555	2.177.664	2.187.221

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Subvenções governamentais (Consolidado)

a) Governo estadual

i) *Estado do Rio Grande do Norte: Norsa*

O benefício do PROADI, foi concedido o incentivo financeiro previsto no Art. 5º inciso I da Lei nº 7.075/97, este relacionado ao financiamento de 75% do ICMS apurado, incidente sobre produtos de fabricação própria, por um período de 10 anos, dos quais três de carência, não podendo o valor financiado ultrapassar 10% do faturamento do período. Esta subvenção foi renovada em 2019 e produz efeitos até 30 de junho de 2032.

ii) *Estado do Piauí: Norsa*

Em julho de 2005, a Norsa obteve a concessão de incentivo fiscal junto ao Governo do Estado do Piauí, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria. A unidade de Teresina teve o seu processo produtivo encerrado em meados de setembro de 2020.

iii) *Estado do Ceará: Norsa*

As operações no Estado do Ceará gozam de incentivo fiscal até o ano de 2028, através da obtenção de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A. Os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, e consistem basicamente no financiamento de 75% sobre a base incentivada do ICMS, com a amortização no prazo de 36 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 75% do total financiado reverte-se na forma de incentivos fiscais.

iv) *Estado da Bahia: Norsa*

As operações no Estado da Bahia gozam de incentivo fiscal no âmbito do programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica - DESENVOLVE, relacionado ao financiamento de 81% do ICMS apurado, para as unidades fabris de Salvador (BA) e Vitória da Conquista (BA), no período de 1 de agosto de 2010 a 31 de dezembro 2022.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

iv) *Estado do Mato Grosso: Norsa*

O benefício fiscal do PRODEIC consiste em renúncia fiscal do Estado, sobre o ICMS normal de 70% sobre as vendas dentro do Estado e 75% sobre as vendas fora do Estado. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados a partir da assinatura. Tendo a sua última renovação realizada em março de 2019, com validade até 31 de março de 2028.

v) *Estado do Maranhão: Regua*

Goza de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Maranhão, até o ano de 2036, incentivo do Sistema de Apoio à Indústria do Estado do Maranhão – Mais Empresa. Esse incentivo é concedido a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocação, dentre outras finalidades, e consiste no financiamento de até 85% do valor do recolhimento do ICMS devido, a partir da data da assinatura do contrato de financiamento. Valido até 31 de janeiro de 2036.

vi) *Estado do Alagoas: Norsa*

Teve a manutenção do incentivo fiscal PRODESIN em 2016 ambas as empresas optaram pela migração do cálculo do incentivo, ficando concedido crédito fiscal presumido de 92% do saldo devedor de ICMS das operações próprias de saída de produtos industrializados pelo estabelecimento, apurado em cada período de apuração. A unidade de Arapiraca teve o seu processo produtivo encerrado em meados de fevereiro de 2020. A renovação do incentivo de Maceió foi feita em 2007, com prazo de 15 anos, até 31 de agosto de 2025.

vii) *Estado do Pernambuco: Norsa*

A Companhia, por meio de suas unidades instaladas no Estado de Pernambuco, é beneficiária do incentivo fiscal estabelecido no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE. Este benefício refere-se a crédito presumido de 75%, devido sobre o volume de venda de refrigerantes e 57,5% do ICMS incidente sobre o volume de vendas de água, aprovados por Decretos estaduais. A renovação do incentivo foi feita em 2019, com prazo de 7 anos, até 31 de dezembro de 2025.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

iv) *Estado do Pernambuco: Norsa*--Continuação

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

Indexadores	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos no Estado de Alagoas - Prodesin	4.307	13.106	17.413	2.003	15.332	17.335
Financiamentos no Estado do Maranhão - Sincoex	3.133	4.871	8.004	2.753	4.867	7.620
Financiamentos no Estado do Ceará - Provin	7.083	17.404	24.487	8.439	14.087	22.526
Financiamentos no Estado da Bahia - Desenvolve	876	-	876	795	-	795
	15.399	35.381	50.780	13.990	34.286	48.276

Os financiamento incentivados tiveram as seguintes movimentação entre 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	48.276	53.051
Captações com parcela dilatada	21.416	18.317
Captações incentivadas	302.031	305.018
Juros apropriados	1.153	1.489
Amortização de principal	(21.205)	(26.298)
Juros pagos	(1.511)	(1.725)
Subvenções incentivadas	(302.031)	(305.018)
AVP	2.651	3.442
Saldo final	50.780	48.276

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	15.144
2022	13.999	10.588
2023	14.805	3.161
2024	2.839	5.393
2025 em diante	3.738	-
	35.381	34.286

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

b) Governo federal

As controladas da Companhia são beneficiárias de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos, dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

25. Ações Preferenciais Resgatáveis - APRs

Banco	Data de subscrição	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2020	2019	2020	2019
Itaú	31/08/2018	30/04/2027	APR	45.475.542	CDI	4,40%	456.507	467.326	456.507	467.326
Circulante							51.507	17.326	51.507	17.326
Não circulante							405.000	450.000	405.000	450.000

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2018, os acionistas deliberaram a criação e emissão de 45.475.542 Ações Preferenciais Resgatáveis (APR) no valor de R\$450.000 mil. Essas ações têm o direito de dividendos prioritário e fixos corrigidos pela variação de 100% do DI - Depósito Interfinanceiro, porém sem direito a voto nas decisões da Companhia exceto nas matérias previstas na Lei das S.A.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Ações Preferenciais Resgatáveis - APRs--Continuação

As ações preferenciais foram subscritas integralmente em 31 de agosto de 2018 pelo Itaú Unibanco S.A.

As APRs são resgatáveis, conforme foi estabelecido no Acordo de Investimentos, no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia. O resgate dessas ações poderá se dar de maneira programada, obedecendo as regras de amortização descritas abaixo, ou também poderá ser feito antecipadamente, de forma voluntária ou compulsória.

O Cronograma de resgate de ações está assim definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	45.000	45.000	45.000	45.000
2022	45.000	45.000	45.000	45.000
2023	45.000	45.000	45.000	45.000
2024	67.500	67.500	67.500	67.500
2025 em diante	202.500	247.500	202.500	247.500
Longo prazo	405.000	450.000	405.000	450.000

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou o valor de R\$ 12.596 (R\$ 26.682 em 2019) referente à remuneração das APRs em seu resultado financeiro.

Em Assembleia Geral e Extraordinária foi aprovado o pagamento no montante de R\$ 23.415 de remuneração das ações preferenciais resgatáveis (APRs).

26. Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	6.606	4.560
Benefícios a pagar	5.935	4.312
Encargos a pagar	16.912	15.817
Férias e encargos s/ férias a pagar	53.784	53.542
Prêmio por desempenho a pagar	55.608	38.981
Outros	836	882
	139.681	118.094

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes provisões e depósitos judiciais, relacionados aos riscos cíveis, trabalhistas (deduzido dos saques realizados) e tributários:

Tipo	Provisão Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	173.165	145.595
Cíveis	61.347	54.836
Tributárias	87.139	67.315
Total	321.651	267.746

a) Movimentação dos processos no período

	Consolidado			Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.445	53.643	128.990	240.078
Provisão/reversão	4.486	1.369	30.056	35.911
Atualização	1.391	2.077	19.326	22.794
Pagamento/Outros	3.993	(2.253)	(32.777)	(31.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	67.315	54.836	145.595	267.746
Provisão/reversão	20.197	6.723	31.549	58.469
Atualização	124	13.612	21.870	35.606
Pagamento/Outros	(497)	(13.824)	(25.849)	(40.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	87.139	61.347	173.165	321.651

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

b) Naturezas dos processos

Cíveis

A Companhia figura como ré em 261 processos (361 em 31 de dezembro de 2019) de natureza cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 61.347(R\$ 54.836 em 31 de dezembro de 2019). A maioria das ações cíveis envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Trabalhistas

A Companhia figura como ré em 1.951 processos (1.947 em 31 de dezembro de 2019) de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 173.165 (R\$ 145.595 em 31 de dezembro de 2019). As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos relacionados a jornada de trabalho (hora extra; intervalos intrajornada e interjornada; e respectivos reflexos), indenização por acidente de trabalho ou doença ocupacional, modelo de remuneração, indenização por danos morais e materiais.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as provisões para riscos tributários estão demonstradas conforme segue:

Tipo	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
	Contingências	Contingências
PIS/COFINS	-	-
ICMS	17.811	4.267
INSS	69.180	62.900
IPI	-	-
Outros	148	148
Total	87.139	67.315

Passivos contingentes – risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível, totalizando aproximadamente R\$1.442.275 (R\$1.506.600 em 31 de dezembro de 2019).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias: i) Multa por instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV); ii) Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais, e iii) Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais.

Apresentamos abaixo, os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2020:

Controladora

Exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre ganho de capital

Em 9 de novembro de 2018, a Companhia foi intimada no auto de infração da Receita Federal do Brasil 0130100.2017.00282 para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de 150% e juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, sobre ganho de capital supostamente auferido no contexto da reestruturação envolvendo empresas do denominado "Sistema Coca-Cola" na região Nordeste, no Estado do Mato Grosso e em parte dos estados de Tocantins e Goiás. Exige-se também multa isolada de 50% pelo não recolhimento de estimativas mensais de IRPJ e CSLL.

A Companhia protocolou impugnação através de seus consultores jurídicos e classificaram a probabilidade de perda como possível no montante de R\$ 2.563.642 no Processo Administrativo 10166.731026/2018-00. Em 30/05/2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável. Contra esta decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Aguarda-se decisão de 2ª instância

Consolidado

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Nº do Processo: Auto de Infração nº 10380.730875/2018-01.

Descrição: Autos de Infração lavrados para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício e juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, em razão de suposta:

- (i) Falta de adição, para fins de determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, de parcela de dividendos distribuídos oriundos do recebimento de subvenções governamentais;
- (ii) Dedução de despesas financeiras e com o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) relativas a empréstimo bancário.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

A fiscalização entendeu, ainda, que as infrações mencionadas em (i) e (ii), acima, levaram ao pagamento a menor de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, razão pela qual também foram lançadas multas isoladas, correspondentes a 50% das estimativas que supostamente deixaram de ser recolhidas no referido período.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 140.840 (R\$ 137.704 em 31 de dezembro de 2019).

Nº do Processo: Execução Fiscal nº 0808730-71.2019.4.05.8100.

Descrição: Execução fiscal ajuizada para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL, acrescidos de multa isolada de 150%, decorrentes da amortização de ágio no período de 2007 a 2010 (Mandado de Procedimento Fiscal nº 0130100/00283/10 – Processo Administrativo nº 10183-721.770/2011-11).

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 94.557 (R\$ 93.088 em 31 de dezembro de 2019).

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

Nº do Processo: Execução Fiscal nº 0014829-87.2015.4.01.3300 / Embargos à Execução Fiscal nº 0026949-65.2015.4.01.3300.

Descrição: A Unidade Simões Filho / BA iniciou, no final de 2007, a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SMV), para controle da produção, no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$ 35 milhões sob o fundamento de que não era possível o início da produção antes da homologação do SMV.

A multa aplicada foi contestada por duas razões: primeiro, houve erro na apuração do valor, já que foi adotada como base valor equivocado da produção; segundo, a multa no valor em que foi aplicada é desproporcional à infração apurada, em especial porque não foi apontada nenhuma irregularidade na apuração dos tributos devidos.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 62.764 (R\$ 62.764 em 31 de dezembro de 2019).

Nº do Processo: Auto de Infração nº 10480.728961/2017-37.

Descrição: Apresentação de EFD-ICMS/IPI Com Informações inexatas, Incompletas Ou Omitidas, Em Relação Aos Fatos Geradores Ocorridos Entre 30/11/2013 A 20/03/2015.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 62.561 (R\$ 62.561 em 31 de dezembro de 2019).

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Nº do Processo: Auto de Infração nº 10380.730186/2016-27.

Descrição: Tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como “subvenções para investimento”, e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem atuando, sistematicamente, as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais.

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar n. 160 e a tendência é encerrar a discussão, já que, em seu texto, ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 56.162 (R\$ 56.162 em 31 de dezembro de 2019).

28. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social é de R\$533.671, composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir (em milhares de ações):

<u>Acionista</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>% capital votante</u>
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	9,50%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.519	50,10%
Calila Investimentos S.A.	37.644	9,50%
	<u>396.244</u>	<u>100,00%</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa reserva era R\$106.734 (R\$106.998 em 2019).

ii) *Retenção de lucros*

Em 28 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 51.726. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva era de R\$426.937 (R\$1.253.398 em 2019).

iii) *Reserva de lucros a realizar*

Reserva constituída para destinar o excesso entre dividendos mínimos obrigatórios e lucro líquido realizado em períodos anteriores. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva era de R\$ 950.915 (R\$ 7.639 em 2019).

c) Destinação dos lucros

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76. A Administração consignou nas demonstrações contábeis os dividendos a pagar no montante de R\$ 56.093 (R\$ 28.271 em 2019).

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	28.273	17.818
Provisões:		
Dividendos adicionais aprovados	51.727	77.182
Dividendo mínimo obrigatório	56.093	28.274
Pagamentos:		
Dividendos pagos	<u>(80.000)</u>	<u>(95.000)</u>
Saldo final	<u>56.093</u>	<u>28.273</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Patrimônio líquido--Continuação

c) Outros resultados abrangentes

Hedge accounting

A partir de 2015, a parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* passou a ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido das controladas, com reflexo proporcional no patrimônio líquido da Companhia, no montante de R\$1.314 (R\$ 2.201 em 2019).

29. Receita operacional líquida (Consolidado)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta de vendas		
Vendas de produtos	4.223.507	3.857.843
Revenda de produtos	2.590.285	1.992.579
	<u>6.813.792</u>	<u>5.850.422</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(172.314)	(173.469)
(-) Impostos sobre o faturamento	(1.594.685)	(1.403.860)
	<u>(1.766.999)</u>	<u>(1.577.329)</u>
Receita operacional líquida	<u>5.046.793</u>	<u>4.273.093</u>

A seguir a abertura da receita bruta de vendas por categorias de produtos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Refrigerantes	4.655.063	4.219.153
Cervejas	1.450.432	995.493
Still	467.061	418.021
Águas	202.693	194.681
Outros	38.543	23.074
	<u>6.813.792</u>	<u>5.850.422</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Receita operacional líquida (Consolidado)--Continuação

A seguir a abertura das deduções da receita bruta:

Deduções da receita bruta	31/12/2020	31/12/2019
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e vendas	172.314	173.469
Refrigerantes	88.592	76.264
Cervejas	7.282	16.407
Still	2.842	3.441
Águas	2.357	5.098
Descontos concedidos	71.241	72.259
(-) Impostos sobre o faturamento	1.594.685	1.403.860
PIS e COFINS	655.980	553.786
ICMS	546.494	492.128
ICMS ST	391.025	357.842
ISS	1.186	104

30. Custo dos produtos e mercadorias vendidos (Consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
Matérias-primas e embalagens	(2.814.599)	(2.342.461)
Pessoal	(131.088)	(130.888)
Depreciação e amortização	(133.298)	(138.134)
Custos gerais	(174.212)	(147.885)
	(3.253.197)	(2.759.368)

31. Despesas com vendas (Consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos	(383.505)	(375.458)
Outras despesas com pessoal	(197.786)	(170.067)
Depreciação e amortização	(120.811)	(129.940)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(121.376)	(122.637)
Serviços de terceiros	(44.935)	(32.926)
Água, energia e telecomunicação	(11.069)	(5.010)
Outras despesas	(92.755)	(96.155)
	(972.237)	(932.193)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

32. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos	-	-	(80.342)	(97.694)
Outras despesas com pessoal	-	-	(63.819)	(49.105)
Depreciação e amortização	-	-	(49.036)	(47.771)
Aluguéis e seguros	-	-	(14.151)	(25.301)
Serviços de terceiros	(1.346)	(206)	(59.495)	(69.533)
Água, energia e telecomunicação	-	-	(16.401)	(20.526)
Outras despesas	(198)	-	(40.426)	(36.648)
	(1.544)	(206)	(323.670)	(346.578)

33. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras (a)				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(48.959)	(86.040)
Despesas com remuneração de Ações Preferenciais				
Resgatáveis	(12.596)	(26.682)	(12.596)	(26.682)
Despesa de IOF	-	-	(2.216)	(1.317)
Despesa de tarifas bancárias	(34)	(34)	(9.132)	(8.081)
Juros de arrendamento mercantil	-	-	(4.935)	(3.829)
Ajuste a valor presente	-	-	(21.550)	(36.926)
PIS/Cofins sobre receita financeira	(7)	(15)	(2.974)	(3.693)
Variações monetárias passivas	-	-	(35.602)	(19.651)
Outras despesas financeiras	(10)	(4)	(7.796)	(16.617)
	(12.647)	(26.735)	(145.760)	(202.836)
Receitas financeiras				
Receitas de juros ativos recebidos	-	-	12.066	11.505
Rendimentos de aplicações financeiras	149	327	18.211	21.246
Rendimentos de aplicação de reinvestimento	-	-	640	1.334
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.711
Descontos obtidos	-	-	24	110
Adicional financeiro	-	-	18.562	20.935
Ajuste a valor presente	-	-	442	489
Outras receitas financeiras (b)	-	-	36.975	45.830
	149	327	86.920	103.160
Variações cambiais (líquidas)		-	(3.116)	6.571
Resultado financeiro	(12.498)	(26.408)	(61.956)	(93.105)

- a) Em 31 de dezembro de 2020, as despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, juros de arrendamento mercantil, rendimentos de aplicações de reinvestimento e variações cambiais estão apresentados na linha de juros e rendimentos líquidos na demonstração de fluxo de caixa.
- b) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 36.975 foi contabilizado na linha "outras receitas financeiras", referente à atualização monetária pela SELIC decorrente da exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

34. Outras receitas operacionais líquidas (consolidado)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS	47.667	84.514
Provisão para perdas de imobilizado	407	(20.300)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	2.035	1.758
Doações recebidas	245	322
Outras (a)	24.218	2.237
	<u>74.572</u>	<u>68.531</u>

a. montante de R\$ 24.218 é composto, principalmente, por R\$ 27.509 em créditos recebidos para investimentos em geladeiras.

35. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. As coberturas de seguros, por eventos independentes, para cobrir eventuais sinistros em 31 de dezembro de 2020, estão resumidas a seguir:

<u>Coberturas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empresarial (a)	338.495	327.827
Responsabilidade civil geral (b)	15.000	15.000
Transportes de cargas (c)	3.500	3.500
Danos materiais e corporais	15.000	15.000
Responsabilidade civil para administradores	20.000	20.000
Lucros cessantes	105.000	107.000
Riscos diversos	62.863	66.704
	<u>559.858</u>	<u>555.031</u>

(a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.

(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgado

(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

A Companhia e suas controladas não estão prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acreditam que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de revisão dos auditores independentes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

36. Efeitos do COVID-19

A administração realizou a análise dos impactos da COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas adotaram medidas internas de prevenção visando preservar a segurança de seus funcionários e evitar impactos relevantes nos seus números.

Entre as medidas de prevenção, destacam-se:

- Instalação de barreiras de proteção, distribuição de máscaras e disponibilização de álcool em gel ou líquido para os colaboradores
- Reforço na limpeza e sanitização de instalações, veículos, bebedouros, refeitórios, ar-condicionados e banheiros e disponibilização de sanitizantes em pontos estratégicos
- Uso contínuo de máscaras e álcool líquido ou em gel em todas as dependências da empresa (incluindo em ônibus ou vans)
- Restrições de visitas a fábricas e CDs (limitadas ao estritamente necessário)
- Adoção do sistema de home office para os profissionais com atividades administrativas
- Campanhas internas de conscientização e informativos semanais com os protocolos a serem seguidos pelos colaboradores.

Entre medidas que garantiram os resultados operacionais, estão:

- MP 927/20: Essa adoção resultou na suspensão de 1.269 contratos de trabalho e na redução de jornada de outros 5 contratos e a postergação do FGTS a recolher dos meses de Mar/20, Abr/20 e Mai/20 para o segundo semestre/2020
- Portaria 139/20, 150/20 e 245/20: Ocasionou a postergação do PIS/COFINS e INSS a recolher das competências Mar/20, Abr/20 e Mai/20 para o segundo semestre/2020
- Suspensão das viagens corporativas

Eventuais impactos estão refletidos nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. Em virtude das ações de proteção de seus funcionários e as doações realizadas, a Companhia incorreu em despesas não recorrentes que totalizaram em 31 de dezembro de 2020, R\$ 3.116.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

37. Eventos subsequentes

Acordo entre The Coca-Cola Company, Sistema Coca-Cola Brasil e Grupo HEINEKEN

Em 24 de fevereiro de 2021, The Coca-Cola Company, Sistema Coca-Cola Brasil e Grupo HEINEKEN chegaram a um acordo para redesenhar sua parceria de distribuição de longa data no Brasil. Novo marco no relacionamento entre as empresas, o acordo foi construído a partir de uma base histórica sólida e realinha os interesses de todas as partes para o futuro.

Segundo o contrato, que deve entrar em vigor a partir da metade de 2021, as partes iniciarão uma suave transição das marcas Heineken e Amstel para a rede de distribuição do Grupo HEINEKEN no Brasil. O Sistema Coca-Cola continuará a oferecer Kaiser, Bavaria e Sol, e complementarará este portfólio com a marca premium Eisenbahn e outras marcas internacionais.

Ainda como parte do redesenho da parceria de distribuição, e de acordo com certos termos acordados mutuamente, o Sistema Coca-Cola Brasil poderá vender e distribuir outras cervejas e bebidas alcoólicas, até uma certa proporção do portfólio do Grupo HEINEKEN, assim como o Grupo HEINEKEN terá a possibilidade de explorar outras oportunidades no segmento não alcóolico.

Isso permitirá que as partes atendam consumidores e clientes do mercado brasileiro com um portfólio sólido e uma gama mais ampla de opções, aproveitando o momento positivo da parceria bem-sucedida ao longo de muitos anos.

* * *